

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA**
3 **VINTE E QUARTO DE NOVEMBRO DE 2015, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL**
4 **DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 13h49min.**
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos
6 Santos (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais - titular); Elizênia Gomes Camacho
7 (representante da sociedade civil – Mão Amiga); Gilmar Lima (representante do governo -
8 SEMDESC); Simone da Silva Camargo (representante da sociedade civil – Psicólogos - titular);
9 Ilma Costa Marques (representante da sociedade civil – Associação Natal Justino da Costa - titular);
10 Severina Alda de Aguiar (representante da sociedade civil – Assistentes Sociais - suplente); Maria
11 José Machado Guimarães (representante da sociedade civil – APAE); Fagner Aparecido Costa
12 Marin (representante do governo - SEMED); Valdir Pereira da Silva (representante do governo –
13 SEMDESC - suplente); e Eudes Barbosa da Costa (representante do governo – Gabinete). E dos
14 convidados Hugo Rabello, procurador jurídico do município; Claudinéia Ferreira, técnica do
15 Departamento de Habitação; Ivanete Pereira de Jesus, administradora das Cozinhas e Padarias
16 Comunitárias; Thaís Costa Braga, Karla Kelen Cézário Gonçalves, Lurcilene Alves de Almeida,
17 Claudiene Fernandes Ferreira, técnicas dos Centros de Referência de Assistência. Presente ainda,
18 Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC. O presidente Gilmar Lima iniciou a reunião
19 cumprimentando a todos. Esclareceu o caráter extraordinário da reunião, passando a palavra à vice
20 presidente Lucidalva que consultou os presentes quanto a ordem dos pontos de pauta. Sendo
21 acordado como primeiro ponto de pauta: “Cozinhas e Padarias Comunitárias”. Após breve
22 apresentação dos presentes, Lucidalva explicou o papel do CMAS frente aos programas, projetos,
23 serviços e benefícios da política de assistência social, qual seja o seu papel fiscalizador. Agradeceu
24 a presença da Sra. Ivonete, explicando que o que motivou o ponto de pauta, seriam reclamações dos
25 beneficiários do cartão alimentação. Claudiene colocou que usuários do CRAS relataram tratamento
26 vexatório, expressado pela exigência de que os mesmos levassem recipientes de casa para o
27 fornecimento das marmitas, que adentrassem nos equipamentos por outra entrada, senão a porta da
28 frente, entre outras. Ivonete esclareceu que com relação às marmitas o fato foi isolado, com apenas
29 uma usuária e que não houve situação de humilhação. Claudiene esclareceu que junto ao CRAS as
30 reclamações não foram isoladas, partindo de diferentes usuários. Lucidalva questionou quanto a
31 quantidade de marmitas fornecidas, sendo informado que tem ficado em uma média de 60
32 (sessenta) marmitas diárias. Questionada quanto ao funcionamento das três unidades, Ivanete
33 afirmou que estariam todas funcionando, sendo que somente a padaria da unidade do Mamoeiro não
34 estaria produzindo, mas que receberia produtos das demais. Lucidalva ressaltou que apesar das
35 dificuldades vivenciadas pela empresa administradora dos equipamentos, decorrentes pelos atrasos
36 do repasse municipal, não se poderia perder o foco no público da assistência social, como um dos

37 principais objetivos do programa. E ainda da função do CMAS junto a política de segurança
38 alimentar, mediante a inatividade do COMSEA. Ivanete esclareceu que em nenhum momento
39 houve intenção de prejudicar ou maltratar usuários do cartão alimentação. Lucidalva sugeriu o
40 envio de relatório trimestral, o qual ficou a cargo da técnica da empresa administradora, uma vez
41 que a nutricionista do poder público não terá seu contrato renovado. Com relação a distribuição dos
42 cartões entre as unidades dos CRASs ficou acordado a realização de uma reunião entre os técnicos
43 dos equipamentos para reorganização. Esgotada a pauta das Cozinhas e Padarias Comunitárias o
44 presidente agradeceu a presença da Sra. Ivanete e das técnicas dos CRASs deixando-as à vontade
45 para ausentar-se da reunião. Passando ao segundo ponto de pauta “*Habitação*” Lucidalva explicou
46 que o que motivou o CMAS seriam ordens de despejos que estariam acontecendo no Bairro Santa
47 Clara, gerando preocupação, uma vez que as famílias despejadas também estariam em situação de
48 risco e vulnerabilidades. Claudinéia esclareceu que os despejos são decorrentes de processos
49 iniciados no ano de 2009, e que agora estariam sendo finalizados através das ações de despejo.
50 Lucidalva questionou se o Departamento de Habitação estaria sendo comunicado das ordens de
51 despejo. Claudinéia informou que a Justiça não comunica o Departamento, e que normalmente
52 ficam sabendo da ordem de despejo através do morador. Severina Alda defendeu que apesar de
53 entender a situação dos despejados, entendia que o comprador estava ciente dos riscos em comprar
54 um imóvel que não poderia ser comercializado. Lucidalva insistiu em questionar quais seriam as
55 ações que o Departamento de Habitação poderia dispor para com as famílias despejadas, uma vez
56 que ter adquirido um imóvel ilegal, não o destituía de seu direito de ser apoiado pela política de
57 assistência social, uma vez que na maioria das vezes são famílias que também vivenciam
58 vulnerabilidades. Claudinéia informou que é realizada visita domiciliar e parecer social e pedido de
59 prorrogação do prazo para a ação de despejo para mais 60 dias, no entanto o prazo finda-se e não
60 existe respaldo legal para qualquer tipo de ação para além disso. Claudinéia sugeriu que o CMAS,
61 na inatividade do Conselho de Habitação de Interesse Social, procedesse a normativas que
62 estabelecessem critérios para solução dos problemas. Hugo falou do dilema perante a questão das
63 ocupações, que são ilegais, mas que muitas vezes é constatado pelo Departamento de Habitação que
64 a família ocupante é vulnerável, cumprindo os critérios de elegibilidade para o programa
65 habitacional, mas que adentrou o imóvel de forma irregular, o que a descredenciaria a ser
66 beneficiado. E ainda que os imóveis nem podem ficar por muito tempo fechados, pois favorece
67 outras invasões. Com relação à regularização dos documentos dos imóveis do Bairro Santa Clara,
68 Claudinéia ressaltou que a emissão das escrituras não cabem ao Departamento de Habitação e sim a
69 outros órgãos municipais. Lucidalva colocou entender que os critérios legais seriam de
70 responsabilidade do departamento jurídico. Hugo explicou que a Caixa Econômica não se
71 pronuncia mediante as diversas provocações realizadas por ofícios, o que dificulta a ação do
72 município para solução dos problemas, uma vez que os programas não são advindos de recursos

73 exclusivamente municipais, sendo em sua maioria recursos federais. Lucidalva insistiu que não
74 caberia ao Conselho estabelecer o que deverá ser feito para solução dos problemas. Tal discussão
75 caberia ao poder público municipal, a Caixa e o Ministério das Cidades que estabeleceram o
76 convênio para implementação dos programas. Ao Conselho compete provocar os órgãos para a
77 solução do problema, visando a defesa e preservação do direito da população. Diante as discussões
78 decidiu-se pela reativação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social o mais urgente,
79 e ainda a agilização dos estudos de aproximadamente 30 das famílias ocupantes de moradias de
80 forma irregular que possuem processo de reintegração de posse para até o final do mês de
81 dezembro. E posteriormente os estudos das famílias das 127 moradias do programa que estaria apto
82 a regularização da documentação, o qual deverá ser realizado até o final do mês de março de 2016.
83 Em informes gerais, Severina Alda procedeu a leitura de ofício da técnica de serviço social do
84 CRAS Pólo 2 que relatava coersão, ausência de posicionamento ético e pressão psicológica por
85 parte de outras duas profissionais. Os presentes entenderam a gravidade dos fatos relatados e
86 acordaram que o gestor averigua-se a situação fazendo uma devolutiva ao Conselho posteriormente.
87 Em seguida Gilmar colocou ao Conselho um problema vivenciado no CREAS devido ao psicólogo
88 daquele equipamento que encontra-se em licença médica na Prefeitura Municipal, mas continuaria
89 trabalhando em outros locais, e ainda a negativa do mesmo em repassar um determinado caso para a
90 profissional que está cobrindo o equipamento na sua licença. Os presentes entenderam que quanto a
91 atividade profissional realizada paralelamente a licença médica seria uma questão de gestão, a ser
92 resolvida com o servidor. Mas quanto a negativa de repasse do caso, seria necessário também um
93 entendimento com o mesmo, uma vez que não se pode tirar o direito da usuária em ser atendida
94 pelo equipamento. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a reunião, e eu, Isabel
95 Aparecida Cruz Randi, lavrei essa ata que será lida e aprovada por todos os presentes.
96 **ENCERRAMENTO: 16h35min.**